



Compreensões de professoras dos anos iniciais sobre sexualidade humana no contexto do letramento científico

Teachers' understandings of early years about human sexuality in the context of scientific literacy

Adriano Santos de Mesquita  <https://orcid.org/0000-0002-4322-4560>
Universidade Federal de Santa Catarina
e-mail – drykosantos@gmail.com

Resumo

Relativo à linha temática Processos Formativos de Professores, o presente artigo apresenta recorte de uma pesquisa de mestrado, realizada em 2018, que investigou a sexualidade humana na perspectiva do letramento científico com professoras dos anos iniciais do ensino fundamental. O objetivo neste recorte é analisar as compreensões de professoras dos anos iniciais a respeito da temática sexualidade humana no contexto do letramento científico. A pesquisa ocorreu em uma Escola de Ensino Fundamental da cidade de Belém-PA e contou com a participação de quatro docentes: polivalentes, efetivas, licenciadas como docentes e que atuam em turmas de 1º ao 5º ano. O material empírico foi produzido por meio de questionário, encontros pedagógicos, interações cotidianas e entrevista semiestruturada. Na análise das compreensões docentes foi empregada a Análise Textual Discursiva (ATD) (MORAES; GALIAZZI, 2016). Como resultados das análises, evidenciaram-se pensamentos e práticas escolares, relativos a conteúdos de sexualidade humana, de contornos tradicionais descontextualizados de aspectos sociais e culturais, e que se pautam ainda em padrões biológicos e sem enfoque à diversidade sexual e seus desdobramentos nas relações sociais, havendo ausência de situações reais efetivas de letramento científico, provocado pelo pouco conhecimento ou modos incipientes dessa abordagem em aula, sendo ainda uma prática em construção. O estudo aponta para a importância da compreensão da sexualidade em dimensões (biológica, social, emocional, cultural e religiosa) e o letramento científico como conceito novo de grande importância e que necessita ser vinculado às práticas sociais dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental.

Palavras-chave: Sexualidade. Cultura científica. Formação docente.

Abstract

About the thematic of “Teacher Training Processes”, this text presents a summary of a Master's research, carried out in 2018, which investigated human sexuality in the perspective of *scientific literacy*, with teachers from the early years of Elementary



School (“Ensino Fundamental”, in Brazilian educational system). The aim in this section is to analyze the understandings of teachers of the early years, concerning the theme of human sexuality in the context of *scientific literacy*. The research occurred in a Elementary School in the city of Belém–PA and counted on the participation of four teachers: multipurpose, effective, licensed as teachers and working in classes from 1st to 5th years. The empirical material was produced through a questionnaire, pedagogical meetings, daily interactions and semi-structured interviews. In the analysis of the understandings of the teachers, Discursive Textual Analysis (DTA) was used (MORAES; GALIAZZI, 2016). As a result of the analysis, it was evidenced school thoughts and practices, related to human sexuality contents, with traditional outlines, out-of-context of social and cultural aspects, and which they are still based on biological standards, without focusing on sexual diversity and its consequences in social relations, also without being related to real effective situations of *scientific literacy*; it is caused by little knowledge or incipient ways of this approach in class, still a practice under construction. This study shows to the importance of understanding human sexuality in all dimensions (biological, social, emotional, cultural and religious) and *scientific literacy* as a new concept of great importance, and that needs to be linked to the social practices of students in the early years of Elementary School.

Keywords: Sexuality. Scientific culture. Teacher training.

Considerações iniciais

A sexualidade humana é um tema desafiante e se torna mais ainda quando relacionada a práticas de letramento, em especial ao letramento científico. No contexto escolar, a sexualidade se manifesta por meio das atitudes dos alunos em sala de aula e da convivência social entre eles; ainda que a escola tente inibir diversas manifestações da sexualidade, isso se torna impossível, dado estar inerente ao ser humano desde o nascimento (EGYPTO, 2012). O letramento científico, por sua vez, se coloca como práticas que promovem o entendimento do indivíduo de conhecimentos relativos à ciência e tecnologia e seu emprego e compreensão em ações cotidianas (SANTOS, 2007). O casamento dessas abordagens ou tratamento dados a esses temas permite à escola agir com propostas de ações críticas, reflexivas e educativas que refutam modelos tradicionais de formação que se descolam dos avanços na sociedade.

Diante dessas considerações, a seguinte questão foi abordada na pesquisa de mestrado desenvolvida em 2018 (MESQUITA, 2018) e que investigou a sexualidade humana na perspectiva do letramento científico junto a professoras dos anos iniciais do ensino fundamental, possibilitando o recorte para este texto: de que modos as professoras abordam a sexualidade humana em suas aulas? Há uma articulação com a proposta de letramento científico?

Promover debates e reflexões sobre sexualidade e suas imbricações é fundamental, pois se trata de uma construção histórica e cultural que correlaciona comportamentos, representações, crenças, identidades e posturas (RIBEIRO; SOUZA; SOUZA, 2004). Assim, buscou-se, no terreno fértil da educação, problematizar e desenvolver práticas de ensino sobre sexualidade que levem em consideração o letramento científico como fator elementar, de formação cidadã, nas aulas de ciências dos anos iniciais.

Sendo assim, o texto tem o objetivo de analisar as compreensões de professoras dos anos iniciais a respeito da temática sexualidade humana no contexto do letramento científico. Como objetivos específicos, o estudo buscou: i) apresentar um panorama da forma como conteúdos de sexualidade humana são tratados por professoras dos anos iniciais; ii) promover discussões teóricas a respeito do letramento científico como conceito novo e como contributo às atividades relativas à sexualidade humana nos anos iniciais.

Os procedimentos adotados na investigação e que permitiram reunir o material de análise adiante apresentados incluíram aplicação de questionário com questões abertas e fechadas; encontros pedagógicos – momentos de formação docente – realizados na escola onde as professoras atuam; interações cotidianas, e entrevista semiestruturada ocorrida ao final do processo. Os encontros pedagógicos e as interações cotidianas foram registrados em diário de campo. Para proceder às análises do material, foi empregado o método da Análise Textual Discursiva (ATD) segundo a proposta de Moraes e Galiazzi (2016). Com base nas análises realizadas, emergiram as seguintes categorias, apresentadas na forma de eixos temáticos: (1) Visão sobre sexualidade humana como processo biológico inerente à vida; (2) O corpo como berço e matriz do ensino da sexualidade humana; (3) Sentimentos de receio e insegurança para tratar de sexualidade na escola; (4) Compreensões sobre Letramento Científico e importância das experiências de vida dos alunos.

A fim de preservar a identidade das professoras, optou-se por denominá-las por nomes fictícios: Cristina, Maria, Ana e Socorro. Cabe informar que as falas das professoras serão apresentadas ao longo do texto em negrito.

Alguns fundamentos acerca da sexualidade humana e do letramento científico com vistas à prática docente

Nas atuais sociedades ocidentais, dentre as quais a brasileira, a temática sexualidade humana ganha destaque, sobretudo, quando se percebe certo apelo ao sexo. É notória a exaltação de corpos em boa forma, inspirados em pessoas famosas e orientados pelo culto à beleza humana; nesse contexto, algumas práticas sexuais são consideradas mais adequadas se comparadas a outras (LOURO, 2009).

Nas aulas de ciências dos anos iniciais, quando professores trabalham aspectos relacionados à sexualidade humana, usualmente se percebe que a este assunto os alunos costumam relacionar o sexo no sentido de ato sexual. As concepções dos estudantes são restritas e, muitas vezes, acompanhadas de *tabus* ou de ideias ainda em processo de formação. Por isso, é preciso entender que a sexualidade humana não está relacionada apenas à genitalidade ou ao ato sexual em si, mas envolve atitudes e ações presentes nos modos de ser e de agir dos indivíduos (PAES; FAVORITO; GONÇALVES, 2015).

Nesse contexto, portanto, a sexualidade ultrapassa o ato sexual. Quando se leva o estudante dos anos iniciais à compreensão de que a sexualidade é algo inerente ao ser humano e que está presente na forma como se relaciona com o mundo, começa-se um verdadeiro trabalho para a educação científica e cidadã desse indivíduo, localizando-o no tempo e no espaço.

Sasseron e Carvalho (2013), concentrando o foco em aulas de ciências dos anos iniciais do ensino fundamental, acreditam que processos de investigação presentes



nas análises de informações e de situações de nossa vida, desenvolvidos em diferentes instâncias de nosso dia a dia, sejam práticas científicas tidas como importantes para a formação geral escolar de indivíduos que atuarão na sociedade científica e tecnológica da atualidade. Portanto, compreendem-se as situações sociais vividas por cada um de nós como práticas científicas fundamentais que ajudam na compreensão da relação ciência-tecnologia-sociedade. Nos anos iniciais essa relação é vital, pois os alunos estão em fase de desenvolvimento de suas capacidades cognitivas e intelectuais e, portanto, inseridos na cultura do que se considera letramento científico.

Romanatto e Viveiro (2015) acreditam que, quando se desenvolvem processos de alfabetização científica (alfabetização científica entendida aqui como sinônimo de letramento científico) com alunos dos anos iniciais, formam-se indivíduos que podem usar a ciência e a tecnologia em seu benefício, da sociedade e do ambiente. Assim, para os autores, a alfabetização científica é uma das prioridades do ensino de ciências nos anos iniciais do ensino fundamental, uma vez que contribui para uma leitura e interpretação do mundo que permite, de modo crítico e criativo, posicionamentos e tomadas de decisão em questões que envolvam nós, os outros e o ambiente. Como exemplo prático de alfabetização científica nos anos iniciais, Romanatto e Viveiro (2015) propõem levar os estudantes para fora da sala de aula, deixá-los observar fenômenos relacionados à ação do homem no ambiente e, em seguida, motivá-los a questionar e elaborar hipóteses sobre as causas dessas ações.

Diante dos fundamentos acima delineados, entende-se a sexualidade humana como uma concepção contemporânea e abrangente sob as dimensões biológica, social, emocional, cultural e religiosa (OLIVEIRA, 2009); e o letramento científico como práticas que promovem o entendimento do indivíduo de conhecimentos relativos à ciência e à tecnologia e seu emprego e compreensão em ações cotidianas (SANTOS, 2007).

Visão sobre sexualidade humana como processo biológico inerente à vida

Nesse eixo temático analisaram-se as concepções das professoras a respeito do que entendem sobre sexualidade humana. Nas narrativas são evidenciadas perspectivas de compreensão da sexualidade como um processo inerente à vida. Assim, discutem-se aspectos relacionados às concepções das professoras sobre sexualidade entendendo-a em um enfoque mais amplo e abrangente que considera todas as dimensões do indivíduo: a biológica, a social, a emocional, a cultural e a religiosa; dessa forma, ela se manifesta do bebê ao indivíduo adulto não podendo causar-lhes prejuízos ou desequilíbrios (OLIVEIRA, 2009).

Indagadas a respeito de suas percepções sobre sexualidade, observou-se, através das manifestações das docentes, a recorrência das expressões “fases da vida” e “faz parte da nossa vida” nas respostas. Ana, por exemplo, vê a sexualidade como: **amadurecimento e transformações pelas quais o corpo humano atravessa durante as fases de nossa vida. Esse amadurecimento está distribuído em três aspectos: biológico, psicológico e social.** É possível que ela tenha em mente um conceito biológico de sexualidade. Isso se mostra como uma herança cultural fortemente repassada pelos estudos de biologia, que ainda subjaz a concepção presente nos livros de ciências dos anos iniciais para mostrar aos alunos as transformações pelas quais o indivíduo passa ao longo da vida.



Olhar para a sexualidade humana como algo inerente ao indivíduo é importante, sobretudo, para compreender as fases do desenvolvimento humano e como são determinantes para atitudes e valores que a elas são atribuídos de acordo com a maturidade biológica. Assim, os modos de pensar e agir de um adolescente não são comparáveis, nos mesmos termos, aos de uma pessoa adulta. Isso ocorre graças à diferença das fases da vida desses sujeitos.

Para Vitiello e Conceição (1993), a sexualidade, entendida a partir de um enfoque amplo e abrangente, manifesta-se em todas as fases da vida do ser humano e, nesse sentido, permeia todas as manifestações humanas, estando presente do nascimento até à morte. Nesse contexto, a professora Cristina corrobora o pensamento dos autores ao se expressar da seguinte forma: **Percebo a sexualidade humana como algo inerente ao homem. Está conosco desde que fomos concebidos e reflete-se em nossos comportamentos, nas demonstrações de afeto.**

Das considerações de Vitiello e Conceição (1993) entende-se, ainda, a sexualidade humana como um processo biológico presente na vida dos indivíduos em todas as suas fases. Enquanto processo, a sexualidade deve ser encarada naturalmente, como resultado de uma criação histórica e cultural, de forma a permitir ao homem o seu pleno exercício, sem medos ou frustrações.

Ainda sobre a sexualidade entendida como inerente à vida do ser humano, destacam-se as considerações de Maria quando afirma: **A sexualidade humana manifesta-se em todas as fases da vida de um ser humano e não está relacionada somente ao ato sexual, está relacionada à vida, às sensações, aos sentimentos e às emoções.** Maria também entende a sexualidade como componente biológico presente nas fases da vida do homem; além disso, faz referência a algo muito importante nos estudos sobre sexualidade: a professora acredita que a sexualidade não está relacionada “somente ao ato sexual”. Essa concepção da docente permite que sejam retomadas as ideias iniciais de Paes, Favorito e Gonçalves (2015, p. 74) ao afirmarem que:

É preciso conceber que a sexualidade vai além da genitalidade (órgãos sexuais) e ultrapassa o ato sexual em si [...]. O que deve ser lembrado é que a sexualidade humana não é sinônimo de coito e não se limita à conduta sexual. A sexualidade envolve atitudes e ações que estão presentes no ser e agir do indivíduo e se expressa na maneira de ser e de estar no mundo.

Os autores, como se observa, ressaltam a compreensão sobre a sexualidade como algo que não se resume apenas a sexo, relação sexual ou às genitálias, mas também a sentimentos, emoções, modos de ser e agir dos indivíduos; por isso faz parte da personalidade de cada um. Nesse âmbito, a genitalidade não pode ser vista como força motriz da sexualidade, há de se considerar, como já afirmado por Oliveira (2009), além da dimensão biológica, as dimensões social, emocional, cultural e religiosa da sexualidade.

Nesse mesmo domínio das sensações, dos sentimentos e das emoções como elementos fundamentais da sexualidade, para Maria e Cristina, segue o entendimento de Souza (2002, p. 113) quando define sexualidade:

A sexualidade é uma maravilhosa energia que nos coloca em contato com o outro, com o amor, com o tocar e ser tocado. Influencia o modo de viver das pessoas no seio da cultura de um povo. É uma necessidade presente em todos os seres humanos, que se manifesta de formas variadas em cada

etapa vivida. Não se restringe a uma faixa etária nem é exclusivamente individual: faz parte das relações sociais.

Analisando as contribuições de Souza (2002), na perspectiva das considerações de Maria e Cristina, é possível perceber a sexualidade, na visão delas, como uma energia que coloca as pessoas em contato entre si, com seus sentimentos, com o tocar e ser tocado. Por conta dessa característica, segundo a autora, a sexualidade influencia no modo de viver das pessoas dentro da comunidade e é necessária para todos os seres humanos, manifestando-se em vários momentos da vida.

Por ser a sexualidade humana essa energia que faz os indivíduos manterem contato entre si através de seus sentimentos e da experiência de perceber o outro, considera-se que, a todo momento há relacionamento mútuo e isso permite ratificar que a sexualidade envolve a conduta em sociedade, não estando restrita a determinadas pessoas. Figueiró (2009), Santos e Rubio (2013) concluem o que se busca é esclarecer que a sexualidade está relacionada a sexo, mas também a afetividade, ao carinho, ao prazer, ao amor ou ao sentimento mútuo de bem-querer, a gestos, à comunicação, ao toque, aos sentimentos e pensamentos e, finalmente, à intimidade, o que se pode observar no entendimento de Maria.

O corpo como berço e matriz do ensino da sexualidade humana

Ainda na perspectiva do entendimento das compreensões das professoras informantes sobre sexualidade humana, nesse eixo temático são analisadas visões que consideram o corpo como princípio básico para a compreensão da sexualidade. O corpo humano, nesse sentido, é concebido pelas docentes como matriz curricular para tratar a sexualidade enquanto componente biológico inerente à vida.

No decorrer da história da humanidade a curiosidade sobre a sexualidade sempre esteve presente. O corpo humano, com destaque para os órgãos genitais, é retratado em muitas obras de arte da Antiguidade ou em desenhos pré-históricos. Nos escritos do filósofo Platão, foram feitas referências ao amor e ao desejo sexual; para ele, o deus Eros, deus do amor e dos desejos sexuais, era o responsável pela atração entre os corpos (OLIVEIRA, 2009). Nessa perspectiva, nas figuras 1 e 2, apresentadas abaixo, percebe-se a valorização da sexualidade por meio da valorização do corpo.

Figura 1- Eros e o arco



Fonte: meravigliedivenezia.it



Fonte: laboratoriodafe.net

Na Figura 1 (“Eros e o arco”, de Lysippos, escultor grego do século IV) e na Figura 2 (“Criação de Adão”, de Michelangelo, pintor, escultor, poeta e arquiteto italiano),



nota-se nitidamente a sexualidade representada a partir das perfeições do corpo. Na Antiguidade era comum evidenciar o belo através de obras de arte que destacavam os órgãos genitais.

Nas experiências manifestadas pelas professoras, a expressão “corpo humano” é recorrente ao se reportarem tanto às suas concepções, quanto às suas práticas de ensino sobre sexualidade nas salas de aula. É evidenciado o ensino sobre sexualidade tendo como força motriz o estudo biológico do corpo humano. Nas falas das professoras é comum associarem quaisquer outros assuntos, no contexto da sexualidade, partindo de aspectos relacionados ao corpo humano. Para Freud (1984), os estudos sobre a criança, sobre os estágios iniciais de sua vida, têm início justamente através do corpo, fonte de prazer.

Analisando os relatos docentes, nota-se que elas destacam para os alunos o corpo humano, seus órgãos genitais e outros aspectos a ele associados, como algo particular, uma espécie de moradia, lugar privativo dotado de intimidade e que deve ser entendido em sua completude por meio de seus sistemas. Enfatizam-se as considerações da professora Maria a esse respeito: **Sexualidade humana, para mim, são as várias maneiras que nós humanos nos relacionamos com o nosso corpo. Desde o conhecimento do funcionamento dos órgãos que propiciam o prazer sexual, às formas de interagir, relacionar com parceiros. Quando trabalho esse conteúdo com meus alunos, busco mostrar para eles figuras e imagens das partes do corpo humano.**

A esse respeito, considera-se que, com base nas ideias de Vitiello (1997) apud Figueiró (2009), para além do enfoque informacional acerca do corpo humano e de suas partes constituintes, é relevante desenvolver atividades como a dinâmica da dessensibilização pela palavra, tendo em vista possibilitar aos educandos, em situação de grupo, a pronúncia de terminologias específicas relacionadas aos órgãos sexuais do corpo humano ou que tenham a ver com sexo. Desta forma, permite-se aos alunos a reflexão sobre os sentimentos que as palavras lhes causam e, portanto, uma nova forma de pensar a sexualidade.

Questões sobre sexualidade envolvendo o corpo humano também são discutidas no texto dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Orientação Sexual. Segundo o documento, o corpo configura-se como a matriz da sexualidade e

[...] é concebido como um todo integrado de sistemas interligados e que inclui emoções, sentimentos, sensações de prazer e desprazer, assim como as transformações nele ocorridas ao longo do tempo. Há que considerar, portanto, os fatores culturais que intervêm na construção da percepção do corpo, esse todo que inclui as dimensões biológica, psicológica e social (BRASIL, 1997, p. 317).

De acordo com os PCNs, o corpo está relacionado às possibilidades de assimilação subjetiva de toda a experiência com o meio. É importante expor seus órgãos e sistemas por meio da dimensão biológica, como afirma fazer a professora Maria, porém é pertinente destacar as dimensões psicológica e social conforme orientado pelos PNC com vistas ao aprendizado dos alunos da sexualidade como algo relativo às sensações do ser humano.

Segundo as professoras, quando exploram assuntos relacionados à sexualidade, ou mais especificamente ao corpo humano, alguns alunos, dependendo da faixa etária, tendem a manifestar comportamento tímido e retraído, como se fosse algo que não lhes pertencesse ou que não fizesse parte de suas vidas. Outros discentes



demonstram curiosidade em saber das questões relacionadas ao corpo, como, por exemplo, sobre o ciclo menstrual das meninas ou como ocorre o abuso sexual. Foi o que aconteceu com os alunos de Socorro, que nos diz a respeito de uma atividade realizada: **Com a turma do 1º aninho, direcionei o tema sexualidade humana para tratar do corpo da criança, dos cuidados, da higiene pessoal e da relação com o outro. Eles pareciam estar envergonhados. Já com a turma do 5º ano, iniciei o assunto com diálogos direcionados, nos quais os alunos expressaram suas ideias e dúvidas. As meninas até perguntaram sobre menstruação e relataram casos de abuso sexual. Aproveitei para destacar os cuidados com o corpo e a prevenção de doenças.**

No caso dos alunos de comportamento tímido, há indícios de que eles sentem dificuldades em saber como se relacionar com o próprio corpo. Essas dificuldades de relacionamento com o corpo são tão antigas quanto a própria humanidade (ITOZ, 2012). Ainda nesse contexto, existem discursos que consideram a criança como um ser inocente e assexuado. São discursos construídos em torno de um modelo de racionalidade que enfatiza a ideia da criança inocente e imaculada, como se não houvesse interferência do meio social ou de adultos na construção de sua sexualidade (RIBEIRO; SOUZA; SOUZA, 2004). Dessas análises, é possível inferir que as dificuldades de relacionamento corporal das crianças perpassam, muitas vezes, pela forma como a sexualidade é tratada na família ou mesmo na escola.

Em relação aos alunos do 5º ano da professora Socorro, é comum manifestações de interesse e curiosidade que fazem alusão à sexualidade e ao corpo humano como centro de fascínio pelos maiores, especialmente os que estão entrando na fase de adolescência. Segundo Miranda (2009, p. 47):

Em nenhum momento da vida ocorrem mudanças corporais tão súbitas e tão intensas quanto na adolescência. Tais mudanças progridem inexoravelmente, sem que o jovem possa ter nenhum controle sobre elas. Durante muito tempo terá que conviver com esse corpo mutante, desconhecendo a sua forma definitiva. Surgem dúvidas, inseguranças e preocupações, que frequentemente levam a uma grande ansiedade.

Miranda (2009) assinala que as dúvidas, inseguranças e incertezas são comuns durante a fase da adolescência, tal como relatado pelos alunos da professora informante. A sexualidade, por ser um processo que envolve amadurecimento em todas as dimensões do indivíduo, causa estranheza e desconfortos, além de gerar dificuldades, por parte dos adolescentes, em compreenderem determinados conceitos e mudanças fundamentais para seu pleno desenvolvimento.

A professora Socorro ainda chama a atenção para o fato de que os alunos maiores buscam solucionar, na escola, muitas curiosidades manifestadas por eles sobre sua sexualidade, sobre as mudanças em seus corpos. Segundo ela, **os alunos normalmente não têm as informações que necessitam em casa e buscam nos pares, e na escola, respostas às suas indagações.** Interpreta-se essa situação levando em consideração o sentimento de confiança dos alunos em relação aos pais, quando estes são presentes. Porém, sabe-se que a educação sexual é um processo que se inicia justamente na família (ITOZ, 2012). Por isso, os pais são os primeiros educadores sexuais das crianças. Assim, acredita-se na educação sexual como um momento em que a criança e o adolescente possam reconhecer seus corpos e sua sexualidade através de condutas positivas, sem bloqueios ou *tabus* (SOUZA, 2002). São as condutas positivas, advindas da família, as molas propulsoras para uma sexualidade segura, sem medos ou preconceitos.

Sentimentos de receio e insegurança para tratar a sexualidade na escola

Saber se as professoras sentem receio, insegurança ou se evitam falar sobre assuntos relacionados à sexualidade humana em sala de aula, constitui o objetivo desse eixo temático. Em consonância às manifestações das docentes, é possível constatar, em tese, certa hesitação ao desenvolverem algumas temáticas relativas à sexualidade, a exemplo de questões envolvendo o tema homossexualidade, por dois principais motivos: falta de formação específica e carência de apoio dos pais de alunos.

A professora Ana, pedagoga de formação, considera complexo trabalhar com assuntos relativos à sexualidade, porém não os coloca à parte de suas aulas e busca estratégias para lidar com os desafios enfrentados. Ela afirma: **Minha maior dificuldade é sobre conhecimento de alguns assuntos dentro do tema sexualidade humana, como a homossexualidade. Ainda preciso pesquisar para estar melhor informada e, assim, ter condições para abordar o assunto em sala de aula.** Sobre esse posicionamento, acredita-se ser importante a busca de informações, pois o processo de pesquisa é fundamental na profissão docente, sobretudo em função das constantes atualizações pelas quais passam os conhecimentos científicos. Cabe frisar que a necessidade de Ana conhecer mais profundamente sobre temas voltados à sexualidade também decorre de lacunas advindas de seu próprio processo de formação, porquanto ela se refere, no início de suas considerações, à sua “maior dificuldade”.

Corroborando tais carências, em outro momento, continuando sua reflexão sobre as dificuldades encontradas para desenvolver aulas mais atrativas sobre sexualidade, Ana novamente se reporta à necessidade de estar envolvida no processo de pesquisa. Ela afirma: **Eu não tenho total conhecimento dos temas, ainda preciso pesquisar para poder trabalhar em sala de aula.** É evidente a inquietude da docente quanto à falta de qualificação profissional para abordar os temas pertinentes à sexualidade humana, o que lhe exige buscar informações. Essas dificuldades do processo de formação, não obstante a necessária atualização docente, causam insegurança e podem impedir a abordagem dos assuntos de modo frequente nas aulas.

As professoras Cristina e Maria narram que, ao desenvolverem atividades alusivas à sexualidade com as crianças, não possuem uma “forma” específica para tratar do assunto. Segundo a professora Cristina: **Devido ser um tema delicado, a dificuldade está em saber qual forma trabalhar com os pequenos em sala de aula.** Por seu turno, a professora Maria admite: **Apesar de trabalhar com a temática da sexualidade, ainda tenho dúvidas sobre a melhor forma de fazer isso. Os professores ainda não recebem auxílio de como ser trabalhada e discutida a temática da sexualidade com as crianças. O professor, no seu papel de educador, deve buscar ajuda em outros meios.**

Destaca-se, nas falas das docentes, um primeiro aspecto relativo às “formas”, ou dificuldades de pensá-las e referidas por ambas, que são, na verdade, metodologias diferenciadas de ensino, conforme mencionam Unbehaum, Cavašin e Gava (2010). Os autores entendem as metodologias diferenciadas de ensino como fundamentais nas práticas docentes e sugerem que devem ser apropriadas à faixa etária dos alunos. Nesse sentido, percebe-se que as professoras se queixam de suas habilidades pedagógicas para guiar com mais propriedade e segurança, tarefas na perspectiva da orientação sexual. As metodologias por elas utilizadas podem ser



mais atrativas caso sejam contextualizadas ao cotidiano dos alunos, buscando valorizar o conhecimento científico, produzido a partir do conhecimento do senso comum (UNBEHAUM; CAVASIN; GAVA, 2010).

Outro aspecto observado corresponde aos processos formativos das professoras, ou seja, se lhes faltam metodologias para o trabalho com a educação em sexualidade, a explicação para isso pode estar na ausência de atividades curriculares específicas em algum momento de sua formação acadêmica. Salienta-se, contudo, que a formação pode ser continuada. Nesse âmbito, Carvalho (1998) destaca a necessidade de, no momento atual, existir uma política pública de formação, vinculada de maneira mais abrangente, sincrônica e de forma integrada, que trate tanto da formação inicial, como das condições de trabalho, carreira, remuneração e da formação continuada dos professores. Para o autor, cuidar da valorização dos profissionais do magistério se constitui em um dos principais parâmetros para a melhoria da qualidade do ensino oferecido às crianças e aos jovens.

Com relação à sexualidade humana, o desconforto das professoras pode deixar de existir caso possuam formação específica nesse tema, no qual, além dos conteúdos, sejam desenvolvidas metodologias de aprendizagem condizentes às especificidades de faixa etária dos estudantes. Nesse contexto, acredita-se haver ainda poucas experiências formativas vivenciadas por professores dos anos iniciais, seja inicial ou continuada, no sentido da aquisição de competências para o desenvolvimento de práticas de ensino na perspectiva da sexualidade. Unbehaum, Cavasin e Gava (2010, p. 06) informam que o curso de Pedagogia se destina à formação de profissionais para atuarem na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental; por isso, fazem os seguintes questionamentos:

Os cursos de formação superior de professores e de professoras (Pedagogia, Escolas Normal Superior, as Licenciaturas) têm oferecido conteúdos mínimos relacionados à sexualidade, que ofereçam subsídios para uma educação em sexualidade? Os conteúdos que pautam os Parâmetros Curriculares Nacionais e que deveriam ser abordados pelos professores e pelas professoras em sala de aula estão sendo oferecidos durante a formação para a docência?

As próprias autoras respondem às indagações feitas através de uma pesquisa em que se basearam nas informações das propostas curriculares do curso de Pedagogia obtidas no site do Ministério da Educação (MEC). As propostas curriculares analisadas são todas de universidades brasileiras ofertantes do curso. Unbehaum, Cavasin e Gava (2010) concluem que, das 989 universidades ofertantes do curso de Pedagogia, apenas em 41 delas a temática sexualidade é contemplada em alguma disciplina e, ainda assim, na maioria, é optativa.

Como se vê, a pesquisa realizada pelas autoras confirma a hipótese da ausência ou insuficiência da formação de professores para atuarem com a temática sexualidade humana nos anos iniciais do ensino fundamental. Consoante à pesquisa, em muitas universidades brasileiras, a temática é sugerida como disciplina optativa nos cursos de Pedagogia. Isso permite questionar qual seria a prioridade estabelecida pelos estudantes de graduação quando das escolhas das disciplinas para sua formação.

Ainda tratando da carência de qualificação profissional e científica para o desenvolvimento de atividades na perspectiva da sexualidade, destaca-se o pensamento da professora Socorro que afirma: **Devido à falta de orientação familiar e ao processo de formação acadêmica, ainda encontro algumas dificuldades ao tratar sobre o tema com colegas, com a família, com meus**



alunos e em situações adversas do cotidiano, sobretudo no que diz respeito às providências a serem tomadas em situações que possam transgredir meus direitos sexuais ou de outras pessoas.

Os significados das considerações de Socorro permitem observar que as dificuldades encontradas para o desenvolvimento de sua prática docente no contexto da sexualidade têm origem no seio familiar, possivelmente, pela ausência de orientação quanto a seu próprio desenvolvimento sexual humano. Outra observação é a respeito das situações cotidianas que lhe exigem posicionamento crítico diante da temática; o fato de não conseguir se posicionar denota certo distanciamento de práticas efetivas de letramento científico e, em decorrência disso, não consegue fazer uso científico do conhecimento socialmente produzido.

Entretanto, o que mais chama a atenção é, uma vez mais, a formação pela qual passou a professora e que, segundo ela, parece não ter sido satisfatória para o trabalho com a sexualidade nos anos iniciais. Ainda que a docente não tenha vivenciado, em sua formação como professora, atividades que pudessem amparar o trabalho com a sexualidade humana, existem os momentos de formação continuada garantidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394-96), os quais poderiam contribuir minimamente para a formação profissional. A referida lei, nos artigos 63 e 67 garante o aperfeiçoamento profissional continuado aos profissionais da educação (BRASIL, 1998). Porém, pelo discurso da professora, presumimos que esses momentos não ocorrem na prática.

Assim, por mais que a LDB possibilite amparo legal para a formação continuada, ela não especifica quais princípios e procedimentos seriam assumidos para essa formação; deve-se considerar, ainda, que garantir a prerrogativa da formação continuada em lei não significa sua ocorrência na prática, uma vez que os professores têm condições consideradas mínimas para investir em sua formação (SANTOS, 2011).

Retomam-se as considerações de Figueiró (2009, p. 02) sobre a importância da educação sexual para a formação dos alunos e o sentimento de insegurança por parte dos professores no desenvolvimento da temática:

A educação sexual vem sendo reconhecida, pela maioria dos professores, como necessária e importante no processo formativo dos alunos. Muitos deles se preocupam e se sentem, em vários momentos, inseguros e até temerosos diante dessa tarefa. Sabemos que todo o processo formativo dos professores, tanto no Magistério, quanto nas licenciaturas, não os tem preparado para abordar a questão da sexualidade no espaço da escola. Portanto, é compreensível o sentimento de insegurança e a preocupação.

Relativamente à insegurança e à preocupação sobre a forma como desenvolver atividades pedagógicas relacionadas à sexualidade humana, é fato muitos professores fazerem escolhas curriculares que nem sempre são as melhores para os alunos. Assim, em vez de contemplar conteúdos previamente selecionados, os professores, pela falta de segurança atribuída às suas formações, preferem “pular” a temática já estabelecida no currículo. Muitos profissionais até entendem a importância desses conhecimentos para a vida das crianças, porém têm dificuldades em desenvolvê-los.

Outra questão abordada pelas professoras informantes, e que explica o receio e a hesitação ao trabalhar com assuntos concernentes à sexualidade humana, é a familiar. Para a professora Maria, **A sexualidade é um tema delicado que exige**



muita atenção ao ser abordado, pois muitos pais não aceitam, principalmente por questões religiosas. Assim, por vezes, conversamos brevemente sobre o assunto, mas nada aprofundado. Pelo relato apresentado e pelas justificativas relacionadas às questões familiar e religiosa dos pais dos alunos, parece que a docente realiza um trabalho mais vinculado ao fornecimento de pequenas informações a respeito de assuntos pertinentes à sexualidade e, portanto, um trabalho mais próximo à dimensão biológica.

Para a professora Socorro, não só as crenças religiosas fazem com que ela tenha mais prudência ao explorar os conteúdos de sexualidade, mas também os *tabus* perpetuados pela própria família: **Acredito, assim, que os assuntos sobre sexualidade são delicados porque cada aluno, além de ter uma crença religiosa, também participa de grupos familiares específicos com regras de condutas e, até mesmo, tabus específicos.**

Por ser a sexualidade inerente ao ser humano, as professoras acreditam na família como uma instituição cuja responsabilidade é educar sexualmente as crianças. Nesse âmbito, em uma das interações cotidianas com a professora Ana, surgiu o seguinte comentário: **O que acontece é que, muitas vezes, as crianças vivem em um único compartimento com os pais e mais uns quatro irmãos. Daí o que acontece? Por conta da falta de espaço para a intimidade do casal, acabam tendo suas relações sexuais ali mesmo, naquele espaço minúsculo. E as crianças veem isso e acabam reproduzindo aqui na escola através de brincadeiras pornográficas. Ou seja, esse é o tipo de educação sexual que os pais acabam ensinando para as crianças.**

De acordo com Souza (2002, p. 69): “A família é o principal modelo de comportamento sexual e afetivo. É no seio da família que a verdadeira educação sexual acontece”. Assim, inclusive por intermédio dos próprios comportamentos e das relações que mantém com o parceiro, a família acaba educando sexualmente as crianças. Por isso, constantemente, a escola, a sala de aula e seus corredores tornam-se ponto de encontro por onde vão ser difundidas conversas sobre sexualidade.

A escola, na concepção das docentes, também tem compromisso com a sexualidade dos pequenos, mas na perspectiva da orientação sexual conforme proposto no PCN. Nesse sentido, Souza (2002, p. 112-113) mostra que:

A família educa, a escola orienta [...]. No que diz respeito à sexualidade, é preciso haver integração para que escola e família complementem-se na ação educativa. Se uma se exclui ou se seu trabalho for antagônico, a criança ficará desorientada. A escola não poderá caminhar sem a cumplicidade e o conhecimento da família. A mútua colaboração certamente fortalecerá a educação sexual da criança.

São claras as razões que levam Souza (2002) a considerar escola e família parceiras fundamentais no processo de educação sexual da criança: o desenvolvimento saudável da criança tendo a formação de valores humanos e o despertar da consciência crítica como elementares para o uso consciente e respeitoso da sexualidade em todas as suas dimensões.

Mediante o que as professoras trazem, levanta-se a hipótese dos pais dos alunos, além dos *tabus* e das crenças religiosas já citadas, também não se sentirem confortáveis para tratar de assuntos relacionados à sexualidade de seus filhos. Tal barreira na orientação das crianças pode ser justificada por desconhecimento dos



próprios pais em como falar abertamente sobre um assunto considerado delicado pela maioria. Talvez os pais não entendam a sexualidade como uma energia presente nos comportamentos ou, ainda, a percebam conforme o que teorizam Gonçalves, Faleiro e Malafaia (2013, p. 255):

Embora nossa civilização tenha, nos últimos anos, vivido alguns momentos de maior liberalidade em relação aos comportamentos sexuais dos jovens, a sexualidade ainda é considerada exclusiva do mundo adulto e isso significa um controle do exercício da sexualidade das crianças e adolescentes.

O pensamento dos autores pode explicar o fato de os pais ou responsáveis não falarem abertamente com crianças e jovens sobre orientações necessárias para a vivência de uma sexualidade segura e responsável. Para os autores, isso significa controle dos pais sobre a sexualidade das crianças e dos adolescentes. Entende-se esse controle exercido pelos pais como um fator explicativo à falta de comunicação mais aberta, com os filhos, sobre as questões envolvendo sexualidade. É como se os adultos não concebesses os pequenos como seres sexuais e lhes atribuísssem um caráter assexual.

Ainda que a educação sexual seja responsabilidade da família e da escola, na condição de instituição educativa, as professoras igualmente comentam sobre situação dessemelhante em relação à educação sexual das crianças dos anos iniciais. Dessemelhante no sentido da responsabilidade que algumas famílias transferem à escola no que tange à educação sexual das crianças. Conta a professora Cristina: **Alguns pais, por causa da dificuldade, da falta de preparo ou, até mesmo, por causa da educação que tiveram, renunciam a sua tarefa neste campo e resolvem delegá-la à escola ou à igreja, que se encarregam de dar orientação para a educação sexual das crianças, sobretudo na fase da infância e da adolescência.** Quando não questionam conteúdos de sexualidade, é comum as famílias atribuírem à escola a tarefa de educar sexualmente as crianças e, nesse sentido, se eximem de tal responsabilidade. Na concepção das educadoras, os pais transferem essa incumbência para a escola por causa “da criação” que tiveram; uma educação pautada, como já dito, em tabus ou princípios religiosos. Para Gonçalves, Faleiro e Malafaia (2013, p. 257):

Tal atitude pode estar relacionada ao fato dos pais não terem vivenciado uma educação sexual emancipatória e acabam, portanto, reproduzindo os valores que lhes foram impostos ou oportunizados por outra geração, perpetuando a deseducação sexual.

Na verdade, diante desse cenário, a escola e os professores passam a ter compromisso em promover uma educação para o desenvolvimento de uma sexualidade saudável em seus alunos, mesmo que isso não aconteça exatamente desse jeito, pois o que notamos nas instituições de ensino são conteúdos de sexualidade humana sendo discutidos meramente como conceitos biológicos, sem estarem contextualizados à vida dos alunos.

Ao finalizar esse eixo de análise, constatam-se que bons processos formativos para professores, sejam de formação inicial ou continuada, são verdadeiramente fundamentais para boas práticas docentes na perspectiva da sexualidade nos anos iniciais. Além disso, é necessário que sejam ampliadas reflexões sobre princípios, finalidades e pressupostos teóricos subjacentes à qualificação profissional dos professores. Também fica claro que o receio e a insegurança das professoras



devem-se à concepção e à receptividade com que as famílias discutem, ou não, questões de sexualidade com as crianças.

Compreensões sobre letramento científico e importância das experiências de vida dos alunos

Nesse eixo temático, buscou-se elucidar o que entendem as professoras por Letramento Científico e a relevância do conhecimento do cotidiano em atividades de sexualidade humana. Nesse sentido, examinaram-se as compreensões docentes em relação ao letramento científico vinculado ao conteúdo de sexualidade trabalhado em sala de aula, o que pode contribuir para a amplitude do conhecimento das crianças dos anos iniciais, bem como dos professores envolvidos no processo de ensinar e aprender.

As professoras informantes demonstram algum conhecimento sobre o significado da expressão “letramento científico”. A professora Socorro, inclusive, faz referência ao curso de formação de professores do qual participou para explicar a sua falta de segurança ao buscar conceituar a expressão, ela diz: **O que eu sei sobre letramento científico aprendi com algumas pesquisas que fiz sobre o assunto na internet, pois não me lembro de ter estudado sobre ele na faculdade; na verdade, nem sei se está correto.** A professora, então expõe sua compreensão: **Entendo o letramento científico como um processo que contribui para o conhecimento científico dos alunos com o objetivo de contextualizar os conceitos científicos à realidade deles. Dessa forma, fazendo com que aprendam de maneira significativa.** A esse respeito, salientam-se as convicções da professora Ana, que afirma: **O letramento científico visa o entendimento da ciência e sua utilização pela sociedade em tarefas cotidianas.** Percebe-se que, em termos da menção, ambas se aproximam da ideia, porém com bastante cautela e certa insegurança.

Um dos motivos pelos quais as professoras expressam não avançar no conhecimento sobre a temática, talvez seja sua recente discussão, tanto no campo da linguagem, mais ainda no campo das ciências. Soares (2004) destaca que, no Brasil, o termo “letramento” surgiu na segunda metade dos anos 1980. Outra causa que pode justificar o conhecimento limitado das professoras é o fato de ainda existirem poucas experiências formativas vivenciadas por professores dos anos iniciais, seja inicial ou continuada, para que adquiram competências para o desenvolvimento de práticas de ensino na perspectiva do letramento científico como prática social. Ademais, pressupõe-se que muitos professores dos anos iniciais, preocupados com a educação científica das crianças, já utilizam o letramento científico na escola quando, por exemplo, fazem pequenas experiências de ciências com os alunos e deixam que eles mesmos expliquem o fato científico, ou quando incitam nos alunos soluções para enfrentamento do lixo jogado pela comunidade às proximidades da escola. Para Santos (2007, p. 479-480):

[...] o letramento científico, no sentido do uso da prática social, parece ser um mito distante da prática da sala de aula. Ao empregar o termo, busca-se enfatizar a função social da educação científica contrapondo-se ao restrito significado de alfabetização escolar [...]. Nesse contexto, o letramento dos cidadãos vai desde o letramento no sentido de entendimento dos princípios básicos de fenômenos do cotidiano até a capacidade de tomada de decisão em questões relativas à ciência e tecnologia em que estejam diretamente envolvidos, sejam decisões pessoais ou de interesse público.



Para o autor, um cidadão cientificamente letrado utiliza os conhecimentos científicos para se desenvolver na sociedade através de sua aplicação em atividades que fazem parte do dia a dia. Sendo assim, permitimo-nos afirmar que o letramento científico diz respeito a práticas que promovem o entendimento do indivíduo de conhecimentos relativos à ciência e à tecnologia e seu emprego e compreensão em ações cotidianas. Percebe-se, na definição estabelecida por Santos (2007), uma aproximação semântica às ideias manifestadas pelas professoras. Nesse sentido, a compreensão de ambas é pertinente e, mesmo que não tenham entrado em contato com a temática durante suas formações, conseguem estabelecer uma concepção clara.

Nas reflexões das professoras nota-se a ausência do termo “tecnologia” para que o sentido da expressão letramento científico esteja mais próximo ao proposto por Santos (2007), para o qual, como já assinalado, o letramento científico é entendido como prática social de uso dos conhecimentos científicos e tecnológicos dos quais o cidadão se apropria para se desenvolver na vida diária. Assim, para o autor, letrar um indivíduo, significa torná-lo capaz de compreender, por exemplo, as especificações de uma bula de remédio, assumir medidas profiláticas para evitar doenças de modo geral, cobrar que mercadorias estejam de acordo com as exigências legais de comercialização, saber manusear produtos eletroeletrônicos, além de emitir opinião em uma assembleia para defender interesses comuns, junto aos órgãos públicos, relacionados à sua comunidade em termos de ciência e tecnologia (SANTOS, 2007).

Entendendo o letramento científico como prática de uso da ciência e da tecnologia em tarefas do cotidiano, a definição disponibilizada no sítio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) é esclarecedora, a qual revela particularidades consoantes às falas das professoras:

Entende-se como letramento científico a capacidade de empregar o conhecimento científico para identificar questões, adquirir novos conhecimentos, explicar fenômenos científicos e tirar conclusões baseadas em evidências sobre questões científicas. Também faz parte do conceito de letramento científico a compreensão das características que diferenciam a ciência como uma forma de conhecimento e investigação; a consciência de como a ciência e a tecnologia moldam nosso meio material, cultural e intelectual; e o interesse em engajar-se em questões científicas, como cidadão crítico capaz de compreender e tomar decisões sobre o mundo natural e as mudanças nele ocorridas (INEP, 2016).

A definição do INEP (2016) para letramento científico explicita uma concepção estabelecida que busca contribuir com e para a prática dos professores atuantes nos anos iniciais do ensino fundamental frente aos desafios de uma Ciência dinâmica e em constante evolução. Novamente, percebe-se correlação entre as percepções das informantes, ao considerarem a Ciência como algo com aplicação direta no cotidiano, ao explicitado no texto do INEP, o qual vai além ao abordar o uso da capacidade de utilizar o conhecimento científico para, não apenas identificar, mas apresentar soluções a questões sociais. Ou seja, as professoras revelam concepções sobre letramento científico de certa forma coesa e contextualizada.

Retomam-se, mais uma vez, as considerações de Santos (2007, p. 479) que, ao refletir sobre educação científica na perspectiva do letramento como prática social, fundamentado nas ideias de Shamos (1995),



[...] considera que um cidadão letrado não apenas sabe ler o vocabulário científico, mas é capaz de conversar, discutir, ler e escrever coerentemente em um contexto não técnico, mas de forma significativa.

Santos (2007) entende o letramento científico como um conceito significativo em que o sujeito tenha participação ativa no processo de produção do conhecimento científico e de apropriação dos significados para a vida prática.

No contexto de letramento científico, a sexualidade está relacionada a pessoas e, por conseguinte, a sentimentos que precisam ser percebidos e respeitados; também envolve crenças e valores e se concretiza em um determinado contexto sociocultural e histórico, o qual tem papel decisivo nos comportamentos (BRASIL, 1997).

O contexto sociocultural e histórico é relativo ao que vivenciam os alunos fora da escola: na família, na igreja, com o grupo de amigos. Nesses contextos que a formação cultural dos alunos se estabelece, fruto da pluralidade de opiniões com as quais se defrontam ao longo de suas experiências de vida. A realidade vivida por cada aluno faz parte do seu currículo de vida que é levado para dentro da escola e deve contribuir para a elaboração dos conteúdos a serem desenvolvidos ao longo do ano.

Nessa perspectiva, a professora Maria entende que suas aulas sobre sexualidade devem ser desenvolvidas levando em consideração aspectos do contexto de vida dos alunos, mas confessa que nem sempre faz dessa forma: **Acredito que a orientação sexual deve ser trabalhada a partir do que vivenciam os alunos na realidade deles, levando em consideração suas dúvidas. Porém, nem sempre faço dessa forma por não me sentir preparada; ainda prefiro seguir aos conteúdos previstos no currículo anual.** Assim, para Maria, falar sobre sexualidade implica possuir competência profissional. Ao que parece, a docente não trata conteúdos de sexualidade humana, ou orientação sexual, como registrado por ela, todos os anos. O fato de se restringir aos conteúdos previstos no planejamento da escola, sinaliza um ensino da sexualidade com ênfase no aspecto biológico. Logo, o olhar sobre sexualidade apresentado aos alunos é carente de letramento científico.

Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) certificam as ideias da docente, pois acreditam na prática social e na experiência de vida dos alunos como elementos fundamentais para a organização do conhecimento e da cultura. Isso significa integrar o conhecimento empírico dos estudantes ao currículo escolar, bem como às práticas de ensino das professoras. Muito antes da entrada das crianças na escola, elas passam por muitas experiências, as quais não podem simplesmente deixar do lado de fora da instituição escolar para entrar nela como se fossem caixas vazias desprovidas de qualquer experiência anterior.

As experiências de vida dos estudantes podem ser mais significativas se, ao abordar temáticas relativas à sexualidade, as professoras buscassem inserir aspectos de letramento científico. Por exemplo: tratando de métodos contraceptivos, as professoras poderiam trabalhar a ligadura tubária (também conhecida como laqueadura e que consiste em um procedimento médico para forçar a esterilização em mulheres que não desejam gerar filhos) ou a vasectomia (outro procedimento médico para forçar a esterilização, mas em homens que não desejam ter filhos biológicos). Aulas dessa natureza tendem a possibilitar maior entendimento do assunto abordado, pois normalmente contribuem para o desenvolvimento do conhecimento científico a partir de situações do cotidiano.



Nesse âmbito, entende-se o letramento científico como um processo presente no cotidiano do aluno, o qual está repleto de cientificidade. Além disso, letrar cientificamente implica permitir aos alunos dos anos iniciais a compreensão do saber não apenas como um conjugado de informações científicas sobre os fatos da vida, mas também como um processo preparador para encarar os desafios diários.

Bortoni-Ricardo, Machado e Castanheira (2017, p. 93) destacam que:

As práticas de letramento científico fundamentam-se na tese de que o conhecimento do senso comum, do cotidiano, permite aos alunos interagirem de forma significativa com as novas aprendizagens. Torna-se então necessário cuidar da qualidade dessa interação, utilizando estratégias de ensino que possam ajudá-los na aquisição dessas aprendizagens.

É imprescindível a escola enxergar os alunos como sujeitos sociais e, nessa condição, suas experiências de vida devem ser consideradas no território do conhecimento. Por isso, o conhecimento do senso comum, do cotidiano, como destacado pelas autoras, permite novas aprendizagens baseadas em práticas de letramento científico. A escola deve criar condições para que as experiências sociais dos alunos se integrem ao conhecimento considerado legítimo, não podendo esquecer de que os saberes têm origem nas experiências sociais e não apenas nas artificialidades de questões epistemológicas. Quando se separa a experiência social do conhecimento legítimo, sustenta-se uma hierarquização de saberes, produzindo, além de injustiça social, injustiça cognitiva (ARROYO, 2011).

Refletindo ainda sobre o entendimento das professoras em relação à necessária contextualização dos fatos do cotidiano dos alunos aos conteúdos de sexualidade, entende-se que o processo de contextualizar gera aprendizagem significativa porque existe vínculo entre o que se ensina e o que o aluno aprende para sua vida prática, mormente se a contextualização envolver processos de letramento científico. O contexto de vida, portanto, confere significado ao conteúdo trabalhado na escola e, por isso, as relações sociais e de comunicação a que estão expostos os alunos passam a ser o elo entre o vivido e o aprendido.

Como já admitido por Maria, suas dificuldades em relacionar a experiência de vida dos alunos com os conteúdos escolares são evidentes. Ela diz assumir, literalmente, uma posição biológica em sala de aula: **Em alguns momentos das aulas até levo em conta a diversidade cultural e religiosa do aluno, respeitando e até abrindo espaço para que ele exponha suas ideias, porém, ao tratar da sexualidade, prefiro lançar mão de uma visão biológica.** Evidentemente, a atitude da professora em valorizar a diversidade cultural e a religiosa do aluno merece destaque, inclusive ao abrir espaço para o diálogo por meio da exposição de ideias das crianças. Essa atitude da professora tende a esclarecer muitas dúvidas dos estudantes. Contudo, a docente destaca o aspecto biológico da sexualidade trabalhado por ela, o que, unicamente, não promove letramento científico.

Fazendo alusão ao cotidiano dos alunos, Socorro, ao discorrer sobre sua experiência com os do primeiro ano, assegura trabalhar a sexualidade a partir de uma visão higienista, mas também social: **com a turma do primeiro aninho, direciono o tema sexualidade humana para tratar do corpo da criança, os cuidados, a higiene pessoal e a relação com o outro.** Assim, as crianças, segundo a professora, trazem para a sala de aula um pouco de sua vivência em casa e contam como vivenciam a higiene. A partir daí, direciona a aula de modo a



orientar os alunos. Em relação à visão social da sexualidade, conta que destaca relações interpessoais, os bons sentimentos e a amizade.

Analisando a fala de Socorro, infere-se que a prática de ensino dela assume características médico-higienistas, segundo a maneira como se forjaram os primeiros ensinamentos de sexualidade na escola, isto é, uma sexualidade voltada, especialmente, às questões de higiene e que obviamente foi sendo instituída no contexto social e na prática docente. Nesse sentido, Sayão (2003) apud Oliveira (2009), refletindo sobre a forma como a orientação sexual fora implementada nos currículos escolares, esclarece que isso se deu nos anos de 1920 primeiramente com características médico-higienistas objetivando orientar os jovens para fazê-los deixar de lado a prática da masturbação e ajudá-los e não contrair doenças venéreas, além de orientar as meninas para as funções de mãe e esposa. O cuidado necessário em termos de higiene e cuidados com o corpo poderia ser tratado sem, necessariamente, aludir ao tema da sexualidade humana. Mesmo que o enfoque social seja dado, ainda se recai em questões importantes para as relações interpessoais como amizade e bons sentimentos, pouco assertivas com relação aos temas da sexualidade humana.

Considerações finais

Tendo em vista os pressupostos teóricos apresentados e a relevância da temática abordada, reitera-se a sexualidade humana, na perspectiva do letramento científico nos anos iniciais do ensino fundamental, como uma questão profícua aos alunos desse nível de ensino, pois, contribui, sobremaneira, para a formação cidadã necessária, visto que estão inseridos nos diversos contextos da vida: social, educacional, religioso, familiar, etc.

Nas experiências narradas pelas professoras, notam-se formas de perceber a sexualidade humana sem levar em consideração questões relativas à diversidade sexual. As docentes, de modo geral, parecem desenvolver a temática apenas como resposta a alguma situação ocorrida na escola ou a partir de alguma motivação dos próprios alunos, sempre privilegiando questões biológicas em detrimento das questões polêmicas envolvendo relações sociais.

A respeito dos estudos sobre sexualidade humana e letramento científico, como componentes curriculares do ensino de ciências, percebeu-se a pertinência deste ensino ao promover aprendizagens que permitam compreensões de fenômenos relativos ao cotidiano dos alunos, de forma que lhes seja garantido atuar crítica e reflexivamente em sua própria realidade. Ensinar ciências nos anos iniciais, de forma contextualizada, é assegurar aos alunos exercício pleno da cidadania. No caso específico desse estudo, significa o exercício consciente e responsável da sexualidade em situações que exijam posicionamento sobre o tema.

Nos primeiros anos de escolarização, o ensino da sexualidade ainda é percebido, por muitos professores, com determinadas restrições, com *tabus* que têm origem na própria história de vida dos docentes, ou por falta de formação adequada para o trabalho com os pequenos. A confusão entre os significados das palavras *sexo* e *sexualidade*, além de fatores como crenças religiosas ou convicções familiares, também contribuem para o não desenvolvimento do desejável e necessário sobre a temática na sala de aula.



Nesse contexto, as práticas de letramento científico são fundamentais para o esclarecimento quanto à consciência dos usos que os indivíduos fazem da sexualidade. Só orientar crianças e adolescentes, apontando o que podem ou não fazer, como devem ou não agir, não é satisfatório. É imperativo levar os alunos dos anos iniciais a fazer uso efetivo e consciente dos conhecimentos científicos sobre sexualidade para que vivam bem e exerçam sua cidadania. Além disso, o envolvimento familiar na educação sexual das crianças é algo que precisa ser trabalhado pela escola, instituição social responsável de educar também as famílias quando estas carecem de informações científicas.

Destaca-se, ainda, quanto aos currículos de formação docente, a ausência de políticas públicas que investiguem as relações entre Educação e Sexualidade, especialmente aquelas voltadas aos anos iniciais. As disciplinas ofertadas nas universidades não devem ser optativas, mas obrigatórias. O trabalho com a educação sexual nas escolas deve fazer parte de política de estado.

Em alguns dos relatos apresentados, perceberam-se discursos medicalizados, de uma sexualidade reprodutiva, e compreensões docentes com características meramente biológicas e informativas, tendo o estudo do corpo humano como eixo estruturante. São modos de pensar ainda tradicionais, mas que, ao mesmo tempo, apontam avanços expressivos na forma como as professoras parecem compreender a sexualidade humana e questões científicas a ela relacionadas, indicando se tratar de práticas ainda em construção.

Por fim, compreendem-se que as narrativas das professoras permitiram novos olhares e a construção de novas percepções docentes sobre sexualidade humana na perspectiva do letramento científico no contexto dos anos iniciais do ensino fundamental, além de nos possibilitar refletir sobre práticas de ensino nesse âmbito. Desse modo, seja em aulas de ciências, ou em quaisquer outras aulas dos anos iniciais, a sexualidade humana e o letramento científico devem ser questões fundamentais a serem pensadas, discutidas e colocadas em prática num diálogo constante entre os conhecimentos escolares e vivência dos sujeitos do processo, suas práticas sociais.

Referências

ARROYO, Miguel González. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris; MACHADO, Veruska Ribeiro; CASTANHEIRA, Salete Flôres. **Formação do professor como agente letrador**. 1ª ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 9.394/96. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais / Ensino Fundamental**: Orientação sexual. Brasília: Ministério da Educação, 1997.

CARVALHO, Djalma Pacheco de. A Nova Lei de Diretrizes e Bases e a formação de professores para a educação básica. **Revista Ciência & Educação**. Bauru, v. 5, n.2, p.81-90, 1998. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v5n2/a08v5n2.pdf>> Acesso em 11/04/2020.



EGYPTO, Antonio Carlos. (Org.). **Orientação sexual na escola: um projeto apaixonante**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. In: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico (Org.). **Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum**. Londrina: UEL, 2009.

FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. In: SALOMÃO, Jayme (Org.). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 7. Rio de Janeiro: Imago, p. 123-250, 1984.

GONÇALVES, Randys Caldeira; FALEIRO, José Henrique; MALAFAIA, Guilherme. Educação sexual no contexto familiar e escolar: impasses e desafios. **Holos**, Rio Grande do Norte, ano 29, vol. 5, p. 251-263, 2013. Disponível em <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/784>> Acesso em 11/04/2020.

INEP. **Letramento científico**. Disponível em <http://download.inep.gov.br/download/internacional/pisa/2010/letramento_cientifico.pdf> Acesso em: 11 de abril. 2020.

ITOZ, Sonia de. **Adolescência e sexualidade para eles e para nós**. 8ª. ed. São Paulo: Paulinas, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Pensar a sexualidade na contemporaneidade**. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento da Diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. Curitiba: SEED, 2009.

MESQUITA, A. S. de. **Percepções docentes sobre sexualidade humana na perspectiva do letramento científico nos anos iniciais do ensino fundamental**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Educação Matemática e Científica, UFPA, Belém, 151 p., 2018. Disponível em <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/12221>> Acesso em 11/04/2020.

MIRANDA, Solange de Melo. O adolescente e as mudanças corporais. In: CARVALHO, Alysson.; SALLES, Fátima; GUIMARÃES, Marília. (Orgs.). **Adolescência**. 1ª edição atualizada. Belo Horizonte: Editora UFMG: Proex/UFMG, 2009.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. 3ª. ed. rev. e ampl. Ijuí: Editora Unijuí, 2016.

OLIVEIRA, Vera Lúcia Bahl de. Sexualidade no contexto contemporâneo: um desafio aos educadores. In: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. (Org.). **Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum**. Londrina: UEL, 2009.

PAES, Daniela Cristina; FAVORITO, Ana Paula; GONÇALVES, Randys Caldeira. Educação sexual nas séries iniciais do ensino fundamental: o que educadoras da rede municipal de ensino de Pires do Rio (Goiás) têm a dizer? **Multi-Science Journal**. Vol. 1, n.3, p. 69-78, 2015. Disponível em <<https://www.ifgoiano.edu.br/periodicos/index.php/multiscience/article/view/122/88>> Acesso em 11/04/2020.



RIBEIRO, Paula Regina Costa; SOUZA, Diogo Onofre; SOUZA, Nádia Geisa Silveira de. Sexualidade na sala de aula: pedagogias escolares de professoras das séries iniciais do ensino fundamental. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 12, n.1: pp. 109-129, janeiro-abril/2004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100006> Acesso em 11/04/2020.

ROMANATTO, Mauro Carlos; VIVEIRO, Alessandra Aparecida. Alfabetização científica: um direito de aprendizagem. In: BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**: Ciências da Natureza no Ciclo de Alfabetização. Caderno 08. Brasília: MEC, SEB, 2015.

SANTOS, Edlamar Oliveira dos. **Políticas de formação continuada para os professores da educação básica**. XXV Simpósio Brasileiro e II Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação. Políticas públicas e gestão da educação: construção histórica, debates contemporâneos e novas perspectivas. Biblioteca Anpae – Série Cadernos: n.11, 2011.

SANTOS, Inaiá Alves dos; RUBIO, Juliana de Alcântara Silveira. A orientação sexual nos anos iniciais do ensino fundamental: possibilidades e desafios. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**. São Roque: SP, vol. 4, n. 1, 2013. Disponível em <http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes/pdf/v4-n1-2013/Inaia.pdf>> Acesso em 11/04/2020.

SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos. Educação científica na perspectiva de letramento como prática social: funções, princípios e desafios. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v.12, n.36, set./dez., 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n36/a07v1236.pdf>> Acesso em 11/04/2020.

SASSERON, Lúcia Helena; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Ações e indicadores da construção do argumento em aula de ciências. **Revista Ensaio**. Belo Horizonte, v. 15, n. 02, p. 169-189, maio/ago., 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/epec/v15n2/1983-2117-epec-15-02-00169.pdf>> Acesso em 11/04/2020.

SHAMOS, Morris Herbert. **The myth of scientific literacy**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1995.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2ª. ed. 9ª reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SOUZA, Hália Pauliv de. **Sexo, energia presente em casa e na escola**. São Paulo: Paulinas, 2002.

UNBEHAUM, Sandra; CAVASIN, Sylvia; GAVA, Thaís. **Gênero e sexualidade nos currículos de pedagogia**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 9: diásporas, diversidades, deslocamentos. UFSC, 23 a 26 de agosto de 2010. Disponível em <http://www.sies.uem.br/trabalhos/2011/158.pdf>> Acesso em 11/04/2020.

VITIELLO, Nelson; CONCEIÇÃO, Isméri Seixas Cheque. Manifestações da sexualidade das diferentes fases da vida. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**. São Paulo, v.1, n. 4, p. 47-59, 1993. Disponível em <https://pt.scribd.com/doc/34674713/REVISTA-BRASILEIRA-DE-SEXUALIDADE-HUMANA-4-1>> Acesso em 11/04/2020.



Recebido: 02/03/20

Aprovado: 27/04/20

Como citar: MESQUITA, A. S. Compreensões de professoras dos anos iniciais sobre sexualidade humana no contexto do letramento científico. **Revista de Estudos e Pesquisa sobre Ensino Tecnológico (EDUCITEC)**, v. 6, Edição Especial, e115120, 2020.

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

